# CONFLITO ISRAEL X PALESTINA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

**Autor(res)**

Stace Liz Carneiro
Gabriella Vaz Batista Franco
Cintia Batista Pereira

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

**Introdução**

O conflito entre Israel e Palestina configura-se como uma das disputas mais complexas da contemporaneidade, envolvendo fatores históricos, territoriais, religiosos e políticos.
Localizado no Oriente Médio, especialmente na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, o embate envolve a reivindicação palestina pelo direito à autodeterminação e a manutenção da soberania israelense. A relevância do tema para o Direito Internacional e para o Direito Constitucional Comparado decorre da frequente violação de normas jurídicas e da limitada eficácia dos organismos internacionais em promover soluções efetivas para a paz.

**Objetivo**

Este estudo analisa o conflito Israel-Palestina sob a perspectiva jurídica, destacando o Direito Internacional Público, Humanitário, dos Direitos Humanos e Constitucional Comparado. Avalia fundamentos normativos, condutas de Estados e atores não estatais, além da atuação ou omissão de organismos internacionais diante das violações observadas.

**Material e Métodos**

O trabalho adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada em fontes acadêmicas,
documentos oficiais e relatórios institucionais. Foram utilizados relatórios da ONU, pareceres da Corte Internacional de Justiça, investigações do Tribunal Penal Internacional, bem como análises produzidas por organizações como Human Rights Watch e Anistia Internacional. A metodologia inclui ainda a consulta a literatura jurídica especializada e artigos científicos que
tratam da aplicação do Direito Internacional em conflitos armados. Excluíram-se fontes sensacionalistas, redes sociais e opiniões não fundamentadas, priorizando material idôneo e de credibilidade acadêmica.

**Resultados e Discussão**

Os resultados indicam que o conflito Israel-Palestina provoca deslocamentos forçados, violações sistemáticas de direitos humanos e fragmentação territorial. A construção de assentamentos israelenses e o bloqueio de Gaza violam as Convenções de Genebra, especialmente na proteção de civis. O direito à autodeterminação palestina é

confirmado, enquanto a soberania territorial é desrespeitada pela ocupação contínua. O uso desproporcional da força por Israel e ataques de grupos armados palestinos levantam suspeitas de crimes de guerra. Restrições à liberdade, moradia e acesso a serviços básicos são evidentes para os palestinos. A ONU e a CIJ adotam resoluções, mas sua eficácia é limitada por interesses políticos. A responsabilidade jurídica recai sobre Estados e indivíduos, com controvérsias sobre a legitimidade da resistência palestina e a classificação de atos como terrorismo.

## Conclusão

O estudo conclui que o conflito Israel-Palestina é um grave problema jurídico internacional, além de político e religioso. Normas protegem contra a ocupação, garantem a autodeterminação e civis, mas a aplicação sofre com interesses geopolíticos e limitações institucionais. A análise jurídica é essencial para entender o conflito e buscar responsabilização, embora dependa da vontade política dos Estados e da comunidade internacional. Reconhecer essa complexidade é vital para soluções duradouras.

## Referências

AMNESTY INTERNATIONAL. Israel and the Occupied Palestinian Territories 2022.
Disponível em: https://www.amnesty.org. Acesso em: 07 set. 2025.
CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Legal Consequences of the Construction of a
Wall in the Occupied Palestinian Territory. Advisory Opinion, 2004.
HUMAN RIGHTS WATCH. A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution. 2021. Disponível em: https://www.hrw.org.
ONU. Resoluções sobre a Questão Palestina. Disponível em: https://www.un.org. Acesso em: 07 set. 2025.
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.